

FRONTEIRAS SIMBÓLICAS BORRADAS NA TRANSIÇÃO DE CICLOS POLÍTICOS: A CAMPANHA PARA O GOVERNO DO CEARÁ EM 2006

INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização no Brasil trouxe não apenas eleições diretas para postos executivos majoritários (década de 1980), interrompidas durante o período de governos militares; surpreendentemente, revelou também a tendência de ciclos políticos relativamente longos, em que é alta a possibilidade de um partido, grupo governante ou personagem política manter-se no poder executivo por mais de uma gestão. O estatuto da reeleição, instituído na primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), de certo modo, já anunciava “reeleições virtuais”, de candidatos que encarnavam imagens de governantes que terminavam sua gestão com altos índices de popularidade, alimentados pela publicidade institucional, cuidadosamente aferidos e divulgados pelos Institutos de Pesquisa.

Admito que a longevidade política atual se diferencia das formas tradicionais de controle político exercido por uma cadeia de chefias políticas, ramificadas nos municípios e organizada em instância estadual, configurando o que a ciência política nomeava como política oligárquica, que encontrava no Nordeste o *locus* exemplar.

**REJANE VASCONCELOS ACCIOLY
CARVALHO***

RESUMO

A campanha eleitoral, no estado do Ceará, em 2006, objeto de análise deste texto, evidencia o fim de um ciclo da política cearense que se prolongou por 20 anos, nomeado de “Era Tasso”. A transição, entretanto, não estabeleceu nítidas fronteiras simbólicas que anunciassem um novo ciclo político, em razão de peculiaridades dos arranjos e alianças, formais e informais, que interditaram ou reduziram um discurso político explicitamente anti Tasso, pelos dois candidatos que lideravam as pesquisas eleitorais. A ruptura simbólica com o passado, a contraposição entre continuidade e a mudança, esta supostamente esperada em uma conjuntura de transição de ciclos políticos não encontrou, assim, condições de efetivar-se. A análise das estratégias discursivas adotadas pelos mencionados candidatos sugere uma busca de distanciamento da imagem política de Tasso, deslocando-a para espaços marginais do campo político cearense.

ABSTRACT

The 2006 election campaign in the Brazilian state of Ceará, analyzed in this text, reveals the end of the 20-year cycle in the local politics which constitutes the “Tasso era”. However, the transition has not set clear symbolic frontiers announcing a new political cycle, due to the peculiarities of the formal and informal arrangements and alliances, which prevented or reduced an explicitly “anti-Tasso” political discourse by the two leading candidates. Thus, the symbolic rupture with the past, the contraposition between continuity and change – this last ingredient expected in a conjuncture of transition between political cycles – could not be established. The analysis of the discursive strategies employed by those two candidates suggests an attempt to move away from the political image of Tasso, relegating it to marginal areas of the political field in Ceará.

* Professora do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará.

É ainda sustentável falar em chefias políticas municipais para explicar a dinâmica política do Nordeste, e mais especificamente do Ceará? E, neste caso, de onde extraem sua força para garantir votos aos candidatos que apóiam? Uma hipótese que levanto é que a monetarização dos vínculos políticos, associada à expansão da máquina do Estado através de programas sociais, é um indicador de dissolução das bases tradicionais de uma política oligárquica exercida por chefes políticos locais. Dados publicados pelo jornal *O Povo*, em matéria intitulada “O Preço do Voto”¹, evidenciam uma alta correlação entre o volume de recursos gastos nas campanhas para deputado federal e estadual e o número de votos obtidos pelos candidatos vitoriosos. As candidaturas proporcionais do Partido dos Trabalhadores (PT) não se desviaram desse padrão monetizado das campanhas. Raquel Marques, por exemplo, eleita deputada estadual pelo PT, em 2006, apresentou um dos mais altos preços médios por unidade de voto.

Outra indicação da fragilidade dos políticos mu-

nicipais pode ser ilustrada na ineficácia do anúncio público de apoio à candidatura de Lúcio Alcântara (então filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), feito por 117, dos 189 prefeitos municipais do interior do estado, em almoço organizado pela Associação dos Prefeitos do Ceará².

No decorrer da campanha, as pesquisas divulgadas, confirmadas nos resultados eleitorais, não deixaram dúvidas sobre a inocuidade do apoio manifesto pelos prefeitos que, gradativamente, foram se deslocando para o lado de onde sopravam os ventos venturosos que conduziriam Cid Gomes à vitória. O peso do apoio dos prefeitos e políticos do PSDB se exerceu mais nitidamente na fase pré-eleitoral, garantindo na convenção estadual do Partido a indicação de Lúcio Alcântara como candidato ao governo do Estado.

Em pesquisas anteriores³, venho desenvolvendo análises sobre as peculiaridades dessas novas formas de ciclos políticos, em que a possibilidade de continuidade é determinada pelo poder de sedução de uma “persona” política (indivíduo, grupo ou partido), capaz de fundar-se no imaginário político popular, instaurando uma temporalidade simbólica, que a mídia consagra como “Era”. A hegemonia incontestável em um território político estadual ou nacional é afirmada em ciclos de campanhas não competitivas. Uma temporalidade política que exige uma mística simbólica forte que a sustente.

Tivemos, em âmbito nacional, a “Era FHC”, seguida da “Era Lula” (que sobreviveu ao turbilhão de denúncias de corrupção que atingia altos escalões de seu governo). No Ceará, a ascensão de Tasso Jereissati ao governo do Estado, em 1986, deu início à nomeada “Era das Mudanças”, contraposta ao que foi consagrado como “Era dos coronéis”. A simbólica da modernização da política cearense, efetivada por um personagem jovem, assentava-se em um imaginário político de racionalidade da gestão empresarial, que tinha como contraponto a “política clientelista” dos coronéis. O ciclo político inaugurado em 1986 ganhou nomeações que não deixam dúvidas sobre a centralidade atribuída ao seu “fundador” (“tassismo”, “era Tasso”).

A escolha do local para a sede do novo poder está impregnada de significado simbólico: o Centro

Administrativo, consagrado popularmente como “Cambeba”. Lugar e nomeação que se configuravam como o avesso da simbólica do espaço de exercício do poder tradicional, os palácios governamentais com suas pompas e rituais. O que não implicava a reivindicação de “autoridade menor” pelos novos mandatários; muito ao contrário, eles se apresentavam e se legitimavam como gestores iluminados pela racionalidade pragmática da administração empresarial moderna.

A primeira administração de Tasso (1986-1990) foi marcada por freqüentes reclamações dos políticos, que se sentiam desprestigiados face às dificuldades de trânsito direto ao governante. O desprestígio era figurado na “sala de espera”, lugar reservado aos subordinados que, por longas horas, aguardam o sinal de um funcionário para ter acesso ao “dirigente” maior.

O padrão de impessoalidade, de frieza no trato com os políticos; o cultivo do isolamento do centro de tomada de decisões administrativas, face às pressões e reivindicações dos políticos, consideradas menores, alimentavam a imagem de Tasso como um *outsider*, um “empresário na política”.

Uma simbólica forte, variante de um mito de fundação, é condição de constituição da longevidade de um ciclo político. A corrosão lenta ou abrupta desta simbólica demarca o seu fim.

A questão que orienta esta análise é: quais sinalizações de corrosão da “Era Tasso” já se anunciavam na campanha estadual de 2002 e que podem ser detectadas, nitidamente, nos discursos políticos que particularizaram a campanha para o governo do Ceará, em 2006? Interessa-me, de modo especial, destacar as manobras discursivas dos candidatos ao governo que indicavam o deslocamento da imagem de Tasso para espaços marginais do campo político cearense.

O foco da análise é direcionado para as fronteiras simbólicas que demarcam o fim de um ciclo, que se prolongou por 20 anos, na política cearense. A hipótese das fronteiras simbólicas borradas dessa transição se assenta nas peculiaridades da conjuntura política estadual, na qual arranjos e alianças, formais e informais, para indicar os candidatos ao governo do Ceará em 2006 reduziram o potencial de um discurso político, explicitamente anti “Cambeba” ou anti

Tasso, articulado quer pelo candidato da coligação *Ceará Melhor*, de esquerda,⁴ Cid Ferreira Gomes, ex-integrante das hostes tassistas, quer pelo candidato do PSDB à reeleição, Lúcio Alcântara, desta feita, não indicado ou não apoiado por Tasso Jereissati, então presidente nacional do Partido.

IMAGINÁRIOS DE VERDADE E POLÍTICA

As disputas eleitorais majoritárias são momentos em que, de forma mais explícita, são mobilizados pelos candidatos elementos do imaginário social que possam suscitar nos eleitores afetos positivos que os credenciem à conquista de votos. Ou seja, o poder simbólico definido por Bourdieu (1982) como capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças dos outros e, na verdade, de criar acontecimentos, através da produção e transmissão de simbolismos, é, de forma especial, acionado nas campanhas eleitorais. Isto porque, nas democracias liberais, o campo político se caracteriza por uma dupla e distinta lógica: de um lado, os representantes políticos são membros do sub campo político institucional, no qual suas lutas cotidianas são movidas por uma lógica própria, por exigências de lealdade partidária, de construção de coalizões e formas discursivas esotéricas aos “profanos”; de outro, como pessoas eleitas, os representantes políticos estão ligados ao campo político mais amplo de cidadãos, ou não-profissionais da política, a quem devem prestar contas e de cujo apoio dependem para conquistar ou manter posições de mando.

Linha de argumentação semelhante é desenvolvida por Charaudeau, ao distinguir dois níveis implicados na ação política: a instância política, que é delegada e assume a realização da ação política (gestora dos negócios do Estado), e a instância cidadã, que está na origem da escolha dos representantes do poder. A contradição entre a instância política e a instância cidadã ganha contornos nítidos nas campanhas eleitorais e nas formas de comunicação que lhes são peculiares. Os discursos eleitorais em busca de adesão da “instância cidadã” deslizam no plano da ambigüidade das promessas de um mundo desejável que, no entanto, deve ser percebido como possível, o que implica a crença de que os que prometem detêm

a vontade, as condições e os meios para torná-lo possível.

Patrick Charaudeau formulou o conceito de imaginários políticos sócio discursivos para reportar-se aos saberes ou representações que constroem, discursivamente, a “realidade política” como um universo de significações:

À medida que os saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significações segundo o princípio da coerência, falaremos de “imaginários”. E tendo em vista que estes são identificados por enunciados linguajeiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de imaginários sócio discursivos (CHARAUDEAU, 2006: 203).

Os discursos políticos, reconhecidos em sua dimensão pragmática, são considerados práticas sociais constitutivas da própria “realidade política”, ou seja, de entrelaçamento entre “saberes de conhecimento”⁵ e “saberes de crença”, subjacentes às decisões e julgamentos que determinam vitórias e derrotas em batalhas eleitorais. Os imaginários são representações da realidade que não pode ser apreendida em si mesma, pressupondo a mediação de interpretações que a inscrevem em um universo dos fenômenos culturais, ou seja, de significações e valores socialmente construídos.

Nesta perspectiva, o conceito de “imaginário” não se estabelece em oposição ao verdadeiro; o sentido nele investido não é nem verdadeiro nem falso, na medida em que o que nele se reflete e se inscreve é a visão do homem sobre o mundo social na ordem do verossímil, ou seja, do que é possível ser considerado verdade. Daí a indagação posta por Charaudeau (2006): “como considerar que o homem construiria percepções significantes sobre o mundo se ele não as tivesse como verdadeiras?”

Admitindo que nos discursos políticos valores e crenças se encontram em concorrência, a principal questão a ser posta pelo analista seria: qual a “força de verdade” que os caucionam, fazendo variar seus graus de eficácia?

De modo especial, na política haveria menos um “ser verdadeiro” que um “crer verdadeiro”; daí a importância do encaixamento dos discursos políticos nos arquivos simbólicos dos imaginários sociais e políticos. Na impossibilidade de garantir uma força de verdade que emane de uma suposta essência de verdade, o que resta ao analista político é, principalmente, identificar os “efeitos de verdade” dos discursos políticos que se traduzem em adesão ao que é dito, a partir do crédito reconhecido a quem o diz e das condições de produção que tornam crível o que é dito. Charaudeau propõe que os discursos políticos sejam agrupados a partir dos valores que os legitimam, filiando-os aos grandes tipos de imaginários sócio-discursivos vigentes na cultura ocidental que alimentam, de forma recorrente, a dramaturgia política: o imaginário da “tradição”, da “modernidade” e da “soberania popular”.

O discurso característico do imaginário da tradição é sintetizado pelo mesmo autor como o da busca de uma identidade coletiva, cultuada em símbolos, mitos fundadores, narrativas de glorificação de um passado a ser preservado ou revivido. O imaginário da tradição “supõe um operador simbólico que, mediante a filiação, remete a uma paternidade primordial, arquetípica, que confere legitimidade em decorrência da origem” (CHARAUDEAU, 2006: 214). Os discursos políticos, nacionalistas ou regionalistas, que contrapõem um “nós” a um outro “estrangeiro”, são ilustrativos do imaginário da tradição. Os valores sustentados são: a natureza; a pureza; a fidelidade; a responsabilidade.

O imaginário da modernidade implica um confronto simbólico entre presente e passado: “abrange um conjunto de representações que os grupos sociais constroem a propósito da maneira como percebem ou julgam seu instante presente, em comparação com o passado, atribuindo-lhe um valor positivo, mesmo quando o criticam” (CHARAUDEAU, 2006: 217).

O passado é percebido como uma “era de obscurantismo”, herança pesada a ser descartada, com a introdução de novos modelos de pensamento e comportamento. A idéia de progresso, que domina o imaginário da modernidade, como afirma Charaudeau, engendra dois tipos de discurso: o econômico e o tecnológico, ambos centrados nas representações que

as sociedades fazem sobre as maneiras legítimas de gestão da vida coletiva, do ponto de vista da produção e da repartição das riquezas. Embora reivindique para si os princípios da realidade e da razão, em oposição à paixão, é inegável para o autor que o imaginário da modernidade é tão idealizado quanto os demais, na medida em que institui discursos com “valores de verdade”. A ênfase valorativa recai sobre a capacidade da ação humana de transformar o mundo com seu pensamento (conceitos), sua mão e suas novas ferramentas (criação tecnológica). Sua máxima moral é o realismo utilitário: de nada adianta sonhar com fins ideais, se não se dispõe de recursos para atingi-los (CHARAUDEAU, 2006: 222-226).

O imaginário da “soberania popular” abrange representações sobre uma entidade que transcende os indivíduos, o povo, consagrado como fonte originária do poder político que apenas em seu nome e para o seu bem poderá ser exercido.

A noção de democracia se sustenta nesse imaginário em que o povo é “erigido como entidade abstrata da razão, representante de uma opinião pública consensual, resultante de uma deliberação ao longo da qual foram confrontados pontos de vista diferentes para chegar a uma opinião dita majoritária que se imporia a todos” (CHARAUDEAU, 2006: 227).

O adágio “a voz do povo é voz de Deus” ilustra perfeitamente este deslocamento da origem da sabedoria e da transcendência, do plano sobrenatural para o temporal, sem que desapareça, no entanto, a dimensão de sacralidade da ordem social encarnada nos valores da justiça que emanariam da lei, cujo fundamento é a “vontade geral”.

O imaginário da “soberania popular”, todavia, acolheu, ao longo da história, discursos de matrizes valorativas distintas. O discurso do direito à identidade, o do igualitarismo e o da solidariedade trazem embutidos em si a semente de uma polêmica: como conciliar direitos e interesses antagônicos entre indivíduos e grupos específicos, em nome de um interesse coletivo?

Os processos de comunicação midiática (com ênfase na televisiva) entre políticos e eleitores, predominantes nas atuais campanhas eleitorais, ao ampliarem o seu raio de alcance no tempo e espaço, atingem uma audiência diversificada, exigindo que os

discursos políticos assumam uma dimensão cada vez mais “esotérica” que, assimilando o tom e a linguagem dos homens comuns, possam seduzi-los, operando o “efeito espelho”; ou seja, oferecendo a quem nele se olha o “reflexo” de seus próprios desejos. Estreitam-se, assim, as imbricações entre as representações da política e as representações societárias ou coletivas (CARVALHO, 2004).

Neste sentido, os discursos políticos tornam-se cada vez mais flexíveis, incorporando representações e valores de diferentes tipos de imaginários sociais e políticos, em uma espécie de cardápio múltiplo, *self-service*, que busca oferecer o que há de comum e de específico a todos os gostos. O mandamento básico da teologia do consumo é: para todos e para cada um, conforme suas preferências.

Minha proposta neste texto é analisar estratégias discursivas utilizadas por Lúcio Alcântara e Cid Gomes, candidatos que polarizaram a disputa pelo governo do Estado do Ceará, em 2006. Busco identificar elementos de diferentes imaginários políticos e societários⁶ utilizados na disputa do voto.

Recorro à tipologia dos imaginários políticos e sociais exatamente para mostrar como estes se entrecruzam nos discursos dos candidatos, em um contexto político em que as fronteiras de demarcação simbólica das posições e imagens dos principais postulantes ao governo do Ceará apresentavam-se borradas. Daí a dificuldade de explicitação de um anti-*ethos*, ou contra imagem negativa atribuída aos oponentes principais. Os “lugares de fala” pretendidos por esses candidatos que lideravam a disputa se confundem, na reivindicação de valores da tradição, da modernidade e da soberania popular.

2. SINAIS DE CORROSÃO SIMBÓLICA DA “ERA TASSO” NA CAMPANHA DE 2002

A análise da campanha ao governo do Ceará, em 2002, já revelava sinais de corrosão da hegemonia do “tassismo” na política estadual. Diferentemente das anteriores, com vitórias conquistadas no primeiro turno, a expectativa confirmada nas urnas era de uma campanha competitiva (CARVALHO, 2003).

Os partidos de esquerda, coligados,⁸ que ao longo do período (1990-2002) articulavam um discurso “anti Tasso”, optaram, entretanto, pela estratégia de

acumular forças na disputa pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. O nome de maior visibilidade pública na capital, Inácio Arruda (PC do B), sem risco de perda do mandato já conquistado para o Partido (deputado estadual ou federal), foi o escolhido para a disputa pela Prefeitura, nas campanhas de 1992, 1996 e 2000. Na terceira, a decisão foi levada para o segundo turno e o prefeito Juraci Magalhães (Partido do Movimento Democrático Brasileiro –PMDB), candidato à reeleição, venceu o candidato da frente de esquerda com uma reduzida diferença de votos. A quase-vitória de Inácio Arruda afetou a tranqüilidade da coligação dos partidos de esquerda. Em 2004, o PT após longas e rumorosas disputas internas, oficializou candidatura própria, Luizianne Lins (que não teve apoio das direções estadual e nacional do Partido), e o PC do B lançou a candidatura de Inácio Arruda. A grande novidade, então, foi a vitória da candidata do PT. Partindo de baixos patamares nas pesquisas eleitorais, Luizianne chegou ao segundo turno, sendo a grande vencedora no confronto com o candidato do Partido da Frente Liberal (PFL), Moroni Torgan (CARVALHO, 2006).

Nas disputas pelo Governo do Estado, ao contrário, partidos de esquerda, coligados, optavam por lançar um nome de baixa densidade política e eleitoral, concentrando esforços na campanha presidencial de Lula e na garantia de eleição do maior número possível de deputados estaduais e federais. O ex-prefeito de Icapuí-Ce, José Airton Cirilo (PT), foi o candidato da coligação PT/PC do B/PSB ao governo do Estado, em 1998 e em 2002. Ou seja, ao preservar os nomes mais prestigiados que teriam eleição garantida para o Legislativo estadual e federal, a esquerda deixou escapar a chance de conquistar, em 2002, o governo do Estado. Sem brilho próprio, o candidato beneficiou-se da estrela do Partido em ascensão e, com o slogan “É Lula lá e José Airton cá”, chegou ao segundo turno, perdendo para o candidato do PSDB, Lúcio Alcântara, por reduzida margem de diferença de votos. Sinais do desgaste do “tassismo” se manifestavam também na exposição pública de insatisfações e críticas de nomes graduados do PSDB estadual, que até então se mantinham submersas, face ao reconhecimento pragmático de que, fora do grupo político liderado por Tasso, inexistiam chances de sobrevivência política. Entre as dissidências mais notórias, com ampla

cobertura da imprensa local, destacam-se os nomes de Sérgio Machado e Wellington Landin, então deputados federal e estadual, respectivamente. Ambos desvincularam-se do PSDB como forma de, em outros partidos, viabilizarem suas candidaturas ao governo do Estado em 2002 (o primeiro foi candidato pelo PMDB e o segundo pelo PSB).

É emblemática a declaração de Sérgio Machado em seu discurso de filiação ao PMDB, explicitando que sua oposição era ao PSDB do Ceará, sob o comando de Tasso e não ao PSDB nacional:

(...) Hoje estou mudando de partido, mas não estou mudando de objetivos ou ideais. Quem mudou, na verdade não fui eu, mas as pessoas que continuam no PSDB no Ceará, que pregam a democracia, mas não a praticam internamente. O PSDB nacional cultiva a democracia, mas o cearense não (...).

O rompimento do então presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, Wellington Landin, foi matéria de capa da revista *Fale*⁹ e exibida em *outdoors*, em pontos de grande circulação em Fortaleza, antecipando o slogan de sua campanha ao governo do Ceará: *Wellington Landin - o homem que peitou Tasso*.

Por outro lado, o processo de escolha, por Tasso Jereissati, do candidato do PSDB ao governo se anunciava como uma manobra sutil para demarcar, simbolicamente, que a “Era Tasso” se encerrava sob o comando de seu criador. Lúcio Alcântara, o candidato escolhido, decididamente não tinha o perfil do anti político e, menos ainda, da ousadia, itens que particularizavam a “imagem marca” do “tassismo”.

É o que se pode apreender na trajetória política de Lúcio Alcântara. Filho de um antigo chefe político do extinto Partido Social Democrático (PSD), Waldemar Alcântara, Lúcio foi prefeito “biônico”¹⁰ de Fortaleza, de 1979 a 1982, por indicação do Partido Democrático Social (PDS). Em 1983, ainda pelo PDS, elegeu-se deputado federal, migrando, posteriormente, para o PFL, partido pelo qual foi candidato, derrotado, à prefeitura de Fortaleza, em 1985 e em 1992. Deputado federal pelo PFL, no período legislativo de 1987 a 1991, filiou-se ao PDT durante seu mandato. Na campanha de 1990, sua aproximação do “tassismo”

se efetiva através da aliança do PDT com o PSDB: foi candidato a vice-governador, na chapa, vitoriosa, encabeçada por Ciro Gomes. Em 1994, ainda no PDT, elegeu-se senador com apoio de Tasso, filiando-se, no decorrer do mandato, ao PSDB.

No primeiro turno da campanha, Lúcio incorporou o *ethos*¹¹ do político profissional, ligado às tradições da sua terra, originário de uma linhagem tradicional na política cearense. Ele apresenta-se ao eleitor como o homem do diálogo, alusão implícita ao atributo oposto imputado a Tasso, o centralismo nas decisões.

Ser um “político de raízes” foi outro elemento do capital simbólico invocado para legitimá-lo como candidato ao governo.

No segundo turno, com a ascensão do candidato do PT, acentuaram-se as estratégias discursivas de afastamento simbólico das duas personalidades: Lúcio e Tasso. É o próprio governador que, em programa eleitoral na TV, justifica a escolha de Lúcio como candidato à sua sucessão, pela diferença entre eles, no estilo de fazer política:

(...) Ele tem características políticas diferentes das nossas. Ele é um homem que eu reconheço, e faço aqui uma autocrítica, é um homem que em relação aos políticos é de mais diálogo, é um homem aberto, de levar uma discussão aos últimos limites. Então ele tem suas próprias características, e junto com a seriedade e a experiência que adquiriu, e as coisas que já realizou, as características necessárias para ser o grande líder cearense em um novo ciclo com características completamente diferentes (...) O Lúcio sabe ouvir as pessoas (Tasso Jereissati).

Lúcio tinha em Tasso o seu anti-*ethos*. A simbólica da não-semelhança permitia que o desfecho da “Era Tasso” aparecesse como escrito e decidido pelo próprio autor, e não à sua revelia. Ou seja, Tasso escolhe o candidato que o sucederá, mas não à sua imagem e semelhança. O sucesso ou fracasso da gestão de Lúcio já não teria a marca do “tassismo”.

3. PRÉ-CAMPANHA ELEITORAL DE 2006: NARRATIVAS DE UM DIVÓRCIO ANUNCIADO ENTRE “TASSISTAS” E “LUCISTAS”

A matéria publicada no jornal *O Povo*, em 2 de janeiro de 2006, sob o título “Cambeba já estuda alternativa ao PSB”, com entrevista do senador “tassista” Luiz Pontes, então ocupante da Secretaria de Estado do Governo Lúcio Alcântara, sinalizava para as fronteiras borradas do campo político cearense cujos contornos se aguçariam, conflituosamente, no decorrer do período nomeado de pré-campanha, por anteceder as convenções que indicam os candidatos dos partidos. No título, o uso do termo “Cambeba”, associado simbolicamente ao “tassismo”, sugere que o centro de decisões políticas do Partido não se deslocara para o governador em exercício, Lúcio Alcântara. A entrevista é conduzida pelos entrevistadores para “fazer falar” sobre o que não podia ser claramente dito pelo entrevistado: o governador não era o “candidato natural” do Partido e, menos ainda, o preferido de Tasso. O centro do debate não é a vontade de Lúcio, mas, as relações de reciprocidade nos pactos políticos entre Tasso e Ciro, que ultrapassavam as fronteiras partidárias, admitidas como decisivas nas possíveis “alternativas” do PSDB. O texto que apresenta sinteticamente o teor da entrevista demarca, para o leitor, parâmetros do que deve ser considerado relevante, orientando-o para o reconhecimento dos “sentidos preferenciais” oferecidos (HALL STUART, 2003: 387-404).

Com a contagem regressiva para a disputa eleitoral de outubro, as convenções partidárias são daqui a cinco meses; Luiz Pontes dá o tom do apelo que deverá ser feito ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, a quem, em última instância, caberá a decisão. E lembra, em tom de cobrança, o apoio que o senador e hoje presidente nacional do PSDB, Tasso Jereissati, deu à candidatura de Ciro à Presidência da República, em 2002 (...) O Tasso sentiu a importância de manter essa aliança, esse projeto, e apoiou o Ciro aqui no nosso Estado (jornal O Povo, 02/01/ 2006).

O termo “apelo” é uma “dixis social”¹², indicativa da posição de autoridade daquele a quem é dirigido (instância superior de decisão), reconhecida do apelante (posição de solicitante). Por outro lado, a entrevista foge ao “contrato genérico” de que, quem pergunta, não tem as informações que pretende obter do entrevistado. No caso, em seu decorrer, o entrevistado é instado a confirmar o que os dois entrevistadores, jornalistas especializados em política (Erico Firmo e Erivaldo Carvalho), supostamente já sabiam: Lúcio não é o candidato desejado por Tasso. As perguntas pressionam o entrevistado a fornecer respostas claras. Este, por sua vez, tenta escapar de “ciladas”, desenvolvendo manobras defensivas, recorrendo a “não-respostas”, ou a evasivas:

O Povo: quem está na mira do PSDB para o seu palanque?

Luiz Pontes: pode ser o PMDB, pode ser o PFL. O PSB vai tentar manter. Hoje eles já estão coligados com a gente...

Mesmo quando é impossível ao entrevistado deixar de firmar posições políticas compatíveis com sua posição de Secretário de Governo de Lúcio Alcântara, elas são postas em dúvida pelos entrevistadores, ou seja, não são aceitas como respostas definitivas:

Luiz Pontes: o candidato natural é o governador, que vem fazendo um excelente trabalho, que está bem nas pesquisas...

O Povo: mas tem que combinar com os cirstas...

O comentário, introduzido com a conjunção adversativa, “mas”, põe em dúvida a tese da “candidatura natural”, ou seja, aquela se impõe consensualmente, independente, portanto, de determinadas “condições” ou combinações advindas de uma instância de decisão superior (alusão à parceria entre Tasso e Ciro).

Destaca-se ainda a preocupação do entrevistado de, em nenhum momento, aceitar a possibilidade de ruptura entre Tasso e Ciro, por mais que as condições levantadas pelos entrevistadores sejam absolutamente adversas:

O Povo: o senhor admite, então, PSDB e PSB, hoje aliados, baterem chapa em outubro?

Luiz Pontes: eu não admito. Eu admito ainda, mais uma vez, que nós vamos marchar unidos, para a consolidação desse projeto. Para que esse projeto possa continuar dando sorte. Dando sorte não, dando êxito.

O Povo: o ministro Ciro Gomes é uma liderança nacional, hoje está num ministério e é cotado para ser o vice de Lula. Ele ainda estaria envolvido com a política local ao ponto de segurar a base dele para manter a aliança?

Luiz Pontes: isso é uma questão do Ciro. Eu posso dizer que o Tasso fez isso. O Tasso sentiu a importância de manter essa aliança, esse projeto, e apoiou o Ciro aqui no nosso Estado.

Na ênfase em negar que as críticas do deputado estadual Ivo Ferreira Gomes (irmão de Ciro) feitas ao PSDB fossem interpretadas como rompimento entre Tasso e os Ferreira Gomes, o entrevistado reivindica a posição de interlocutor privilegiado dos últimos, credenciado, portanto, para falar por eles:

O Povo: comenta-se que os arroubos de oposição que o líder do PSB na Assembléia, Ivo Gomes, tem na Assembléia, acontecem com autorização dos irmãos, Cid e Ciro.

Luiz Pontes: não. O Ivo está na plenitude da sua juventude, no seu primeiro mandato, o que pode deixá-lo mais eufórico. Digo, de maneira nenhuma o Ivo está sendo menino de recado do Cid ou do Ciro. Isso aí de jeito nenhum. Até porque tenho conversado muito com o Cid.

Estas escaramuças entre entrevistadores e entrevistado são ilustrativas de que, se algum rompimento iria ocorrer, não seria entre Tasso e os Ferreira Gomes. O “outro”, aquele a quem não se reconhece como portador do mesmo *ethos* político, era o governador Lúcio Alcântara, o estranho no ninho dos tucanos.

A metáfora automobilística, usada por Cid, de que Lúcio não engatara uma marcha de velocidade em seu governo, contrapunha o *ethos* do piloto temerário ao do piloto audaz, que “salta para o futuro”.

A manchete¹³ “Cid não escutou o passar das marchas, diz Beto Studart”¹⁴, é uma recusa do anti *ethos* com o uso da mesma metáfora: “não dá para ouvir o passar das marchas quando o carro é hidramático”.

A entrevista de Cid Gomes à emissora AM do Povo, objeto de comentários na matéria “Cid: atual ciclo político está chegando ao fim” (jornal *O Povo*, 21/01/06), ao centrar-se na discussão bizantina de quem poderia assumir com legitimidade, invocar o lugar inaugural de um novo ciclo político no Ceará, deixa à mostra os borrões nas fronteiras simbólicas sobre “quem é quem” no campo político cearense:

Fruto de uma fase que considera superada, Cid nega que sua crítica seja alguma espécie de incoerência, barganha ou traição. Cid foi eleito duas vezes prefeito de Sobral com o apoio do PSDB. No ano passado, a exemplo de Ciro Gomes, que tinha feito o mesmo na década de 90, foi para o PSB. Segundo ele seu partido é independente. Nos últimos meses o PSDB tem feito todos os esforços, até agora em vão, para manter o PSB no arco de aliança que deverá lançar Lúcio Alcântara à campanha de reeleição.

Na mesma matéria, a deputada Tânia Gurgel, ligada ao governador Tasso Jereissati, contra ataca: “Esse ciclo não acaba em função de ter a presença de Cid e seu grupo no poder estadual”. Para ela, Cid pertenceria ao mesmo grupo, que ele citou estar “por um fio”, e que melhorou o perfil e a infra-estrutura do Ceará.

O deputado estadual do PSDB, delegado Francisco Cavalcante, reconhecidamente “tassista”, argumenta na mesma direção: “Esse ciclo que está aí é o

mesmo do qual o irmão dele Ciro Gomes fez parte e ajudou a construir. Se esse ciclo está encerrando, também acaba o que o irmão dele construiu e defendeu para o Ceará”.

A ambigüidade reside no impasse da demarcação simbólica de um novo ciclo, sem se contrapor a um passado a ser exorcizado. Ao candidato Cid Gomes é negado o direito de legitimamente ocupar o “lugar de fala” de oposição à “Era das Mudanças”.

Por outro lado, Lúcio Alcântara é lançado a um “não-lugar”, ou limbo político, amargando a ambigüidade de ser e não ser situação, de estar no governo e ao mesmo apresentar-se como opositor de uma temporalidade política já desencantada, à sombra da qual se elegera. A pichação “Cid é Tasso”, inscrita em muros da cidade, é denunciadora de laços políticos que já não traziam saldos positivos a quem os portasse, mas que na impossibilidade de serem negados, deveriam, no mínimo, ser silenciados.

Ressalte-se que a cisão não oficializada entre “lucistas” e “tassistas”, dentro do PSDB, tem implicações negativas para as pretensões de reeleição do governador; membros do próprio escalão governamental, fiéis a Tasso, emitem críticas mais ou menos sutis à sua gestão.

Em matéria publicada em *O Povo*, 16/02/2006, Maia Júnior, vice-governador e Secretário de Planejamento do Governo Lúcio Alcântara, reconhece a “necessidade de avanço” e, em uma autocrítica, fala de limitações administrativas do governo, a quem teria faltado “foco” e “objetividade”¹⁵. Ou seja, o governador-candidato mantém “porta vozes” que não encarnam a sua voz, mas a dos seus opositores dentro do PSDB, o que o coloca na incômoda e perigosa situação de quem “dorme com o inimigo”¹⁶.

O divórcio anunciado entre Tasso e Lúcio se consuma bem antes das convenções partidárias. Em reunião realizada em Brasília, supostamente sigilosa, Tasso e Ciro teriam proposto a Lúcio Alcântara que o PSDB apoiasse a candidatura de Cid Gomes. A inconfidência de Lúcio à imprensa sobre o teor da conversa, recusando uma aliança que o excluiria da condição de candidato à reeleição, foi o pretexto para que Tasso tornasse público o seu rompimento com o governador. Em 3 de abril, Tasso, em reunião com

lideranças tucanas no Ceará, faz insinuações sobre ilicitudes na gestão de recursos públicos, atribuídas às “interferências domésticas” de pessoas próximas ao convívio de Lúcio¹⁷. Já não restavam dúvidas que Tasso não estaria no palanque de Lúcio. Cumpriria-se por vias tortuosas (sem adesão partidária formal) o vaticínio antecipado pela mídia: “Caso o ministro Ciro Gomes mantenha a sua aliança com os tucanos no Ceará, é como se pretendesse estabelecer o Ceará como um território especial não contaminado pelas alianças nacionais e pelo histórico do PSB” (*jornal O Povo*, 16/2/2006, coluna Política).

Lúcio recorre às instâncias político-partidárias para demonstrar sua própria força política advinda do exercício do governo estadual. Em 17 de maio, compareceram a almoço de adesão à sua candidatura 117 prefeitos municipais¹⁸, além de parlamentares federais e estaduais. Mais uma vez, a disputa simbólica vem à tona na identificação de quem pode ser considerado traidor, quem representa ou não o ideário dos “governos das mudanças” (*jornal O Povo*, 17/05/2006):

Lúcio Alcântara: temos a consciência tranqüila de que fomos fiéis ao projeto.

Adahil Barreto: o nosso adversário nasceu no PSDB, chupou a laranja e jogou o bagaço fora (clara alusão às origens tucanas de Cid Gomes, ex-prefeito de Sobral).

No PT, as últimas resistências à coligação com Cid Gomes, cujos laços com o “tassismo” nunca foram renegados, são vencidas com a adesão da prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, que indica um de seus mais fiéis colaboradores, Francisco Pinheiro, para compor a chapa como candidato a vice-governador. Os dissidentes mais à esquerda (caso do deputado federal pelo PT João Alfredo, seu fiel aliado na campanha para a prefeitura) tinham migrado para o PSOL, lançando a candidatura de Renato Roseno, jovem advogado ligado a movimentos de defesa dos direitos humanos. Duramente atingida pelos escândalos do “mensalão”, a direção estadual do PT reconhecia não ter condições políticas de lançar candidatura própria:

(...) Reunido neste fim de semana, o diretório estadual do PT deixou a porta aberta para a candidatura de Cid Gomes ao governo do Estado. Mas entre as correntes do partido surgiram cobranças para que ele assumisse uma postura de ruptura com o governo Lúcio Alcântara. E Luízianna Lins aparece como coordenadora das articulações (jornal O Povo, 27/01/06).

O programa partidário do PSDB, veiculado na TV em junho de 2006, apresentava em sua estrutura uma nítida demarcação temporal da “Era Tasso”.

Na abertura, o apresentador rememora o “tempo das mudanças”, em uma narrativa de celebração de um passado datado, 1986 a 2003, com os grandes feitos associados tão somente ao seu “fundador”. O segmento final do programa do Partido, reservado ao governador Lúcio Alcântara, reporta-se às realizações do seu governo que já não integravam a mesma temporalidade mítica da “Era das Mudanças”:

Olhando os dias de hoje fica difícil lembrar que até pouco tempo a imagem era a de um Estado pobre e injusto. Hoje ele é um exemplo de crescimento com responsabilidade social (...). Uma prova disso é que o senador Tasso Jereissati foi eleito três vezes para o governo do Estado, dando condições para que o Ceará se desenvolvesse como um todo, levando infra-estrutura para todas as regiões do Estado estimulando o crescimento, atraindo investimentos e mais do que tudo incentivando o lado empreendedor do povo cearense (...). Até o meio da década de 80 dizia-se que ser cearense era uma sina, hoje a gente pode dizer que ser cearense é um orgulho.

No PMDB estadual, o peso do apoio do deputado federal Eunício Oliveira à candidatura de Cid Gomes sufocou a “rebelião dos lucistas”. O PC do B, derrotado na campanha para a prefeitura de Fortaleza, pela candidata do PT, reivindicava como contra partida de sua participação na aliança partidária, o

lançamento de Inácio Arruda como candidato único ao senado, o que implicava a abdicação de Eunício Oliveira da sua pretensão de candidatar-se ao mesmo cargo, o que foi adiado ao máximo, mas acabou acontecendo às vésperas das convenções partidárias que homologariam as candidaturas da coligação. A indicação do deputado federal Moroni Torgan, para a vaga do senado, garantiu a presença do PFL na coligação, que se fortalecia com um nome de forte penetração no eleitorado da capital, já confirmado em disputas anteriores pela prefeitura, e em expressivas votações na conquista de mandatos de deputado federal.

A disputa, para o governo do Estado e para o Senado, ficou assim configurada:

- Coligação “Ceará vota para crescer”¹⁹ – governador: Lúcio Alcântara (PSDB) e, como vice, o empresário Beto Studart²⁰; senador: Moroni Torgan (PFL).

- Coligação “Para frente, Ceará”²¹ – governador: Cid Gomes (PSB) e vice, Francisco Pinheiro (PT); senador: Inácio Arruda (PC do B).

- Coligação “Frente de esquerda Ceará Socialista”²² – governador: Renato Roseno (PSOL).

- Coligação “Faça a diferença”²³ – governador: desembargador José Maria de Melo²⁴.

PSDC – coronel da polícia Francisco Horácio Gondim.

PCO – Salete Maria da Silva.

No decorrer do mês de julho, até o início do horário eleitoral na TV e rádio (12 de agosto), os dois candidatos que polarizavam a disputa mantiveram um intenso duelo, aferindo e exibindo sua força nas seguintes arenas: em eventos de campanha, realizados no interior e na capital, divulgados amplamente pela imprensa; na guerra de pronunciamentos públicos de apoio às suas candidaturas, recebido de prefeitos, deputados federais e estaduais; nas demonstrações de proximidade com Lula, candidato à presidência da república, cuja popularidade no Ceará era incontestável. A transição de ciclos políticos é, quase sempre, marcada pela ocorrência de migrações interpartidárias, orientadas pela cotação mais alta apresentada pelos candidatos a governador, o que implica maior probabilidade de ocorrência de “viradas eleitorais”. O título e o teor da matéria “Infidelidade em Alta”, publicada

no jornal *O Povo* (4/8/06) ilustram essa tendência na campanha em curso: “por enquanto Lúcio e Cid comemoram, cada um, a adesão de dois prefeitos que estavam do outro lado”, acrescentando que “segundo os próprios membros das campanhas, a tendência é que os números de debandadas, de ambos os lados aumentem na medida em que a disputa ganhar força e ficar mais acirrada no interior”.

Na primeira pesquisa eleitoral do Instituto Datafolha, realizada em 08/08/06, Lúcio Alcântara liderava as intenções de votos com 44%, e Cid Gomes, segundo colocado, aparecia com 35%. A avaliação positiva do governador, em torno de 50%, teoricamente o credenciava como forte candidato à reeleição. A perspectiva de desestabilização do cenário eleitoral, entretanto, já era aventada na mesma matéria que divulgava tais resultados, ao assinalar que na campanha de 2002, Lúcio Alcântara, apresentava em fase correspondente 44% das intenções de voto. Os nove pontos de diferença eram considerados fáceis de serem alcançados por Cid Gomes, com o início da campanha na televisão e no rádio. O senador Tasso Jereissati assumiu o comando da campanha de Geraldo Alckmin à presidência da República, pelo PSDB no Ceará, montando para isso uma estrutura própria, com sede de comitê eleitoral e agenda de eventos distintos, que rivalizava com a campanha de Lúcio ao governo do Estado.

A análise desenvolvida no tópico seguinte abrange as campanhas dos candidatos que polarizaram a disputa ao governo do Estado, Lúcio Alcântara e Cid Gomes, reportando-se às demais candidaturas apenas em situações em que elas atuaram como difusoras de anti-*ethos* dos candidatos principais.

4. CAMPANHA DE 2006 NA TV: *ETHOS* E CONTRA *ETHOS* CONSTRUÍDOS

O comportamento das massas depende daquilo que as reúnem sob grandes denominações comuns: discursos simples portadores de mitos, de símbolos ou de imaginários que encontram eco em suas crenças: imagens fortes susceptíveis de provocar uma adesão pulsional (Patrick Charaudeau).

Os dados da primeira pesquisa Datafolha/O Povo/TV Jangadeiro, realizada após o início da campanha ao governo do Estado na TV e rádio, justificavam a manchete “O Jogo Virou” (jornal *O Povo* 26/8/2006): Cid Gomes, com 50% das intenções de voto ultrapassara Lúcio Alcântara com 37%, e venceria a eleição já no 1º turno.

Quais as peculiaridades do discurso político? As disputas eleitorais para cargos no Executivo constituem um contexto específico de moldagem de discursos políticos. Alojados na instância política de preservação ou conquista de um lugar de governança, os discursos dos candidatos se inscrevem em um duplo registro: o da promessa de um mundo desejável e do convencimento ou crença de que quem fala detém a capacidade e os recursos para fazer acontecer o melhor mundo possível. Ou seja, um discurso que busca um equilíbrio sempre instável entre utópico e pragmático. E mais, não basta dedicar-se a formular programas de gestão da vida coletiva; é necessário que aqueles que os propõem sejam percebidos como melhores e mais dignos de crédito que seus concorrentes para obter a adesão do maior número possível de eleitores. A encenação, condição constituinte de toda comunicação social, ganha com o discurso político uma dimensão crucial:

A encenação do discurso político oscila entre a ordem da razão e a da paixão, misturando logos, ethos e pathos para tentar resolver a questão que supostamente se coloca ao cidadão: o que me leva a aderir a este ou àquele valor? Para o político, é uma questão da estratégia a ser adotada na construção de sua imagem (ethos) para fins de credibilidade e de sedução, da dramatização do ato de tomar a palavra (pathos) para fins de persuasão, da escolha e da apresentação dos valores para fins de fundamento do projeto político (CHARAUDEAU, 2006: 84).

O *ethos* como imagem de si oferecida à percepção do outro é apenas um “ser do discurso” ou é um ser social empírico? Para Charaudeau, *ethos* e ser empírico se constituem mutuamente. Não há comunicação entre “seres do mundo” que se efetive sem a

mediação de *ethos* construídos ou pré-construídos por eles e sobre eles, que orientam o rumo de suas interações:

O ethos enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O ethos se relaciona ao cruzamento dos olhares: olhar do outro sobre aquele que fala; olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê (...) O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. O ethos é resultado dessa dupla identidade (CHARAUDEAU, 2006: 115).

Por conseqüência, embora os indivíduos, tenham margens de liberdade para “jogar” com faces de si, eles são limitados pelos contextos situacionais em que os discursos assumem significados, e pelas representações sociais que circulam em dados grupos sociais (imaginários sócio discursivos).

Para Charaudeau, as figuras identitárias do discurso político tendem a se agrupar em duas grandes categorias: o *ethos* da credibilidade e o *ethos* da identificação. O primeiro pressupõe que a identidade discursiva construída pelo sujeito falante de realize de modo tal que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito. O segundo aponta para “uma relação triangular entre si, o outro e um terceiro ausente, portador da imagem de referência: o si procura endossar essa imagem ideal; o outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência” (*idem*: 119). Justifica-se a metáfora “espelho da cidadania”, utilizada pelo autor reportando-se ao *ethos* político com reflexo de valores idealizados de determinadas sociedades.

No tópico seguinte, analiso a rede de significados e valores acionados pelos candidatos Cid Gomes e Lúcio Alcântara, nas formas como se apresentaram ou foram apresentados aos eleitores na disputa pelo voto dos cearenses.

Para escapar de análises inocentes, vale lembrar que a eficácia das estratégias utilizadas, consciente ou inconscientemente, mantém sempre uma margem de imprevisibilidade para gosto ou desgosto dos profissionais de *marketing*: “Em alguns momentos são os *ethé* de credibilidade que têm forte impacto, em outros, os de identificação. (...) Há um tempo dos *ethé* de credibilidade e de identificação. Mas quem pode prevê-lo?” (CHARAUDEAU, 2006: 184).

4.1. CID, A OUSADIA SERENA: O *ETHOS* DO VENCEDOR

O slogan “O Ceará vota para crescer” condensa a mensagem política a ser declinada de várias formas ao longo da campanha, de modo a obter grau de cristalização necessário à fixação da marca simbólica reivindicada por Cid Gomes.

O enunciador interpela o destinatário não como indivíduo, mas como integrante de uma “comunidade de destino”, o Ceará, a quem todos os eleitores pertencem, inclusive ele. Ou seja, o *ethé* da identificação é acionado: “eu e vocês constituímos um nós, cearenses, movidos pela força de um mesmo desejo, o crescimento do Ceará”. O *anti-ethos* implicitamente imputado ao candidato opositor é o do marasmo. A forma enunciativa vai além da prescrição, “vote”; ela é performática, incita para a ação (votar) apontando ao mesmo tempo para o que dela resultará (“o crescimento, o progresso”). E o que pode ser mais sedutor que partilhar o sentimento de estar entre os vencedores?

A sedução no campo político se exerce com o apoio em um *ethé* da credibilidade. O que significa oferecer argumentos plausíveis e realizações ou feitos que demonstrem a força de quem fala para fazer acontecer o que é anunciado. Ressalte-se que, do lugar de produção do discurso político da governança, também se elabora um discurso da “sociedade cidadã”, na medida em que é sempre em seu nome que a

reivindicação de poder se legitima, sob a justificativa de representar suas demandas por direitos e justiça. Assim, formas de encenação da instância cidadã são encarnadas tanto nos discursos da instância da governança como da adversária.

O *ethos* da credibilidade apoiou-se nos depoimentos, narrativas e principalmente nas imagens documentais do crescimento de Sobral sob as duas administrações de Cid Gomes.

A cenografia²⁵, instituída no próprio discurso e que a ele se enlaça para legitimá-lo, é a da “visita”. Ou seja, o “visitante” é convidado a “ver com seus próprios olhos”, convocado a assumir o estatuto de “testemunha ocular” da história de Sobral que Cid fez acontecer:

Apresentadora: nos últimos dez anos, depois que Cid Gomes foi eleito prefeito, Sobral é a cidade que mais cresceu em todo o Estado do Ceará. Mas tem gente que ainda não conhece em detalhes tudo o que foi feito. No programa de hoje, nós vamos visitar Sobral e saber um pouco mais sobre o trabalho de Cid Gomes.

A visita é guiada pelo “mestre de cerimônias”, o apresentador, que coloca o visitante no interior de cenas, direcionando seu olhar para o que *deve ser visto*:

Apresentador: Cid Gomes trabalha para melhorar a vida das pessoas. Cid construiu escolas, inaugurou novas salas de aula, aumentou os salários dos professores, contratou médicos, implantou o programa saúde da família, criou o centro de ciências e línguas estrangeiras...

Apresentador: Cid Gomes tornou verdade um sonho antigo dos moradores de Sobral, assumiu a prefeitura e implantou o transporte escolar, descobriu uma fundação americana que ajuda países em desenvolvimento. Foi aos Estados Unidos, fez uma parceria, conseguiu quinze ônibus de uma só vez e

garantiu transporte de graça para os alunos do município. Há quatro anos desde que começou a estudar, essa é a rotina de Maiara e de todos os alunos da rede pública de ensino que precisam de transporte para ir a escola.

O que é mostrado é intercalado com o testemunho categórico e eufórico de moradores de Sobral, que asseveram o *ethos* de vencedor de Cid: “A cidade ficou belíssima!”; “Tudo aqui é feito por ele”; “Esses oito anos que ele passou equivalem a vinte”.

Embora Cid Gomes fosse formalmente candidato de oposição, desenvolve uma manobra para falar de um lugar de “governança” e assim reportar-se “ao seu poder de fazer acontecer”: o de ex-prefeito de Sobral. É de lá que são extraídas as narrativas dos “feitos fantásticos” que legitimariam sua pretensão de conquista do governo do Estado. Ao mesmo tempo, Cid se beneficia do “lugar de fala” de adversário do candidato à reeleição, Lúcio Alcântara, legitimando um discurso de crítica. Da confluência entre os dois lugares, surge um discurso propositivo, cuja eficácia se assenta na demonstração de que os programas de ação apresentados são não apenas desejáveis, mas, possíveis de serem realizados.

O *ethos* do vencedor se explicita na primeira fala do candidato na TV, na ênfase ao tom propositivo de sua campanha, cuja implicatividade é: “eu não preciso me defender; apenas confirmar o que sou, um vencedor”.

Cid Gomes: a partir de hoje e, até o final desta campanha, gostaria de convidar todos vocês para estarmos juntos por alguns minutos, neste horário eleitoral. No programa de hoje, vocês puderam conhecer um pouco do que fiz como deputado estadual e como prefeito da minha cidade. Nos próximos programas, vou poder mostrar um pouco mais do que foi feito e, principalmente, do que pretendo fazer se for eleito governador do estado.

O *ethos* do vencedor se alimenta da simbólica da força, da vontade, da potência para a ação; da velocidade, o que pressupõe a atribuição da imagem inversa àquele que é reconhecido como principal

adversário. Na mesma fala inaugural de Cid, uma alusão não explícita ao governador Lúcio Alcântara se faz através da imagem de um Ceará que “parou no tempo”, em que nada acontece, e que está à espera daquele que o reconduzirá ao caminho abandonado da modernidade:

Cid: as coisas aqui no Ceará, andam meio paradas ultimamente, ou estão avançando muito devagar, sem novidade nenhuma. Enquanto isso, os problemas estão se acumulando, na segurança, na geração de empregos, na saúde, na agricultura. Se o Ceará ficar parado e a gente continuar tocado as coisas do mesmo jeito de sempre, nós não vamos sair do lugar, não vamos crescer nem melhorar de vida. Nós temos que ir à luta, buscar novas saídas, novas maneiras de fazer o progresso acontecer em todo o estado. É por isso que eu digo que o Ceará precisa agora de um grande salto. Um grande salto em direção a uma vida melhor pra todos os cearenses.

A asseveração feita por outros personagens, políticos também reconhecidos como vencedores na política: o presidente Lula e o ex-ministro e ex-governador Ciro Gomes também reforça o *ethos* do vencedor :

Lula: juntos queremos fazer uma grande parceria e ampliar ainda mais os programas sociais que o meu governo realiza no Ceará, como o Bolsa Família, o PROUNI, o Luz para todos, o Programa de Agricultura Familiar. Com Cid Gomes governador fica a certeza, o Ceará vai fazer do desenvolvimento econômico e social as duas faces de uma mesma moeda.

Ciro Gomes: eu estou aqui para falar sobre o meu irmão Cid Gomes, que é candidato a governador do estado do Ceará. É claro que eu apoio o Cid, mas não só pelo carinho que

eu tenho por ele; afinal, a minha responsabilidade com o Ceará e com você, cearense, é muito maior que isso. Apoio Cid porque estou seguro de que ele é a pessoa que o Ceará precisa para voltar a progredir. Ele fez um grande governo em Sobral, com resultados muito concretos na vida das pessoas. Cid é criativo, trabalhador, competente, honesto e cheio de energia. E o mais importante, tem novas idéias, consegue reunir novos talentos, vai atrás dos recursos. É o candidato do presidente Lula. E o Cid nunca foi uma pessoa de se acomodar. É por isso que eu voto no Cid. É de gente como ele que o nosso Ceará tá precisando.

Algumas estratégias discursivas foram acionadas para evitar que as imagens de asseveradores famosos obscurecessem o brilho e a autonomia de Cid, reduzindo-o à condição de “irmão mais novo de Ciro”, ou de “candidato de Lula”. Um exemplo disso é o cuidado em focalizar Ciro como espectador: no plano da rua, no meio da multidão, um entre muitos admiradores, ele está ali para assistir ao comício de Cid Gomes, que ocupa o alto do palanque. Por outro lado, a imagem de ousadia tranqüila de Cid estabelece uma espécie de contraponto com a imagem de “língua solta” e “pavio curto” do irmão Ciro, difundida nacionalmente pela mídia²⁶.

Diferentemente de José Airton, candidato a governador, pelo PT, em 2002, Cid não se apresentava apenas como o “O Lula cá”, mas na condição igualitária de parceiro.

Ele tinha uma trajetória política própria a ser mostrada na campanha. A voz em *off* intercalava-se com a de sua mãe e a do irmão Ciro, entrelaçando-se, aí, elementos do imaginário político da tradição e da modernidade: dos Ferreira Gomes, carrega a herança de uma família de tradição, que tem a “política no sangue”; do imaginário da modernidade, emerge o político jovem, com formação técnica (engenheiro), ousado, competente:

Mãe: a nossa preocupação, minha e do meu marido, sempre foi a retidão de caráter. A gente tinha muita preocupação com a honestidade.

Voz em off: dos pais, Cid herdou a noção de justiça, a coragem para enfrentar desafios, a preocupação com os menos favorecidos.

Mãe: acho que tem alguma coisa no sangue, né, que ele herdou. Mas acho que a habilidade política que ele tem é mais peculiar dele mesmo.

O fato de estar ligado a uma frente de partidos reconhecidos como de “esquerda” creditava a Cid os benefícios do *ethé* da solidariedade, que “faz do político um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas as partilha e se torna responsável por elas, que se caracteriza pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, vai ao encontro das idéias e dos pontos de vista dos outros grupos” (CHARAUDEAU, 2006: 163).

Os testemunhos de políticos da esquerda caucionavam a imagem oferecida:

Artur Bruno (deputado estadual do PT): “ele criou uma lei que distribuiu melhor os recursos do ICMS para o interior do Estado”. Luizianne (PT, prefeita de Fortaleza): “em 2004, ao votar na coligação PT/PSB, o povo de Fortaleza decidiu fazer uma grande mudança na cidade que estava destruída em seu corpo e em sua alma. Com essa mesma aliança vamos avançar para um Ceará mais justo e solidário. Por isto estamos apoiando Cid Gomes”.

Vale destacar, entretanto, que a temática da democracia participativa, idealização petista da gestão popular, não esteve presente nos programas de Cid Gomes. O que se desenhava era a imagem do comandante em ação, com o anúncio de sua presença em todas as frentes de batalha. Cid: “tenho a certeza que a decisão de levar o governo ao interior do Estado, todos os meses, muito mais como um gesto simbólico, vai representar uma grande mudança, o início de uma nova era, uma relação totalmente diferente entre o governo do Estado e a população do interior”.

As duas últimas semanas da campanha de Cid na TV transformaram-se em uma espécie de encenação do final feliz, já antecipado nos resultados das pesquisas eleitorais. Em 23 de setembro, o Instituto Datafolha indicava vitória de Cid no 1º turno, com 56% dos votos contra 34% de Lúcio Alcântara. Elei-

tores, de todos os cantos do Estado são convocados a entoar entusiasmadamente sua adesão ao *ethos* do vencedor: “Eu vou votar no Cid”; “Cid é o melhor para o Ceará”; “é Cid, ninguém toma! Cid de coração! Todo mundo vota nele”.

A letra do *jingle* da campanha apresentava um resumo de todas as ações de governo oferecidas aos eleitores, como representações do melhor mundo possível, deles exigindo apenas a digitação de um número e um econômico toque na tecla “confirma”:

Grandes hospitais regionais

É 40 confirma!

Quiosques com internet grátis

É 40 confirma!

Crédito pra micros e pequenas empresas

É 40 confirma!

Ronda no quarteirão

É 40 confirma!

Turismo em todo o Ceará

É 40 confirma!

40 confirma

É Cid!

O apoio informal de Tasso à candidatura de Cid não foi mencionado na campanha, mas a aliança implícita se presentifica na ausência de qualquer crítica aos “governos das mudanças”. Sob o abrigo do *ethos* do vencedor, as esquerdas renunciavam ao papel de oposição ao “tassismo”, até então desempenhado com vigor. Tem-se, assim, uma “transição” não-traumática, que dispensava esforços para demolir o passado. Diferentemente do que acontecera no longínquo ano de 1986, não há um embate simbólico mítico entre as “forças do atraso” e as “da modernidade”.

4.2 LÚCIO: O *ETHOS* DA TRADIÇÃO

Lúcio Alcântara incorpora o *ethos* do político da tradição. É o que se inscreve na cenografia utilizada para “contar sua história”, em seu primeiro programa

na televisão. A legenda indica a identidade social de quem narra: Dona Dina, vaqueira e Mestre da Cultura Popular²⁷. Sua roupa e o chapéu de couro, o cenário árido da caatinga, a voz gutural no ritmo arrastado da “cantoria”, gênero musical tipicamente nordestino, são índices claros da “cearensidade”, da tradição que contamina a imagem do “sujeito falado”, o governador Lúcio Alcântara:

Eu vou contar a história de um homem de valor.

Formado em medicina desde cedo se dedicou

A cuidar bem das pessoas isso ele é doutor.

Estou falando de Lúcio nosso governador

E aos 27 anos competente e dedicado

Secretário de saúde aqui do nosso estado

Depois por mais duas vezes trabalhou no mesmo cargo

Prefeito de Fortaleza que deu conta do recado

Deputado federal e vice-governador

Os desafios que teve o Lúcio sempre enfrentou

Com o Ceará no coração atuante senador

Governador do estado amigo trabalhador

Com a sua experiência muito tem a oferecer

Muito fez pelo Ceará mais ainda quer fazer

Preparado e decidido ele faz acontecer

Esse é o nosso Lúcio governador pra valer.

O slogan da coligação “Ceará Melhor” conjuga duas idéias: a de um presente bom e a de um futuro ainda melhor, justificando a proposta de continuidade implícita nas campanhas de reeleição.

Entretanto, Lúcio Alcântara sofre os percalços de ter que sinalizar para o rompimento dos laços políticos que o ligavam à “Era Tasso”, e que o conduziram ao governo em 2002. As fronteiras simbólicas borradas, entre o ser situação e o ser oposição, se fizeram sentir no processo de construção do *ethos* do candidato.

A distinção já delineada na campanha anterior será reforçada em 2006: trata-se de opor dois estilos de fazer política, encarnados nas imagens de Lúcio e Tasso. Desse modo, o “outro” a quem imputar o anti-*ethos*, será prioritariamente Tasso Jereissati, e não seu concorrente direto, Cid Gomes.

Os atributos positivos do político tradicional, reivindicados por Lúcio, encontram implicitamente sua contra imagem em Tasso: firmeza X prepotência; autoridade X autoritarismo; serenidade X intemperividade. O pressuposto é que os eleitores acompanharam pela imprensa o episódio de consumação do rompimento entre os dois, tomado como prova do caráter dos envolvidos. Ou seja, Lúcio não se submeteu à imposição de Tasso que não o queria candidato; manteve-se firme, agiu com serenidade, sem levantar a voz ou dar “murro na mesa” (atitude símbolo do descontrole, do autoritarismo).

Apresentador: ser firme não é falar mal e dar murro na mesa, isso é prepotência. Ser firme é reagir com serenidade diante dos problemas. Firmeza é agir na hora certa, permanecer fiel aos seus valores, não se curvar aos caprichos alheios, nem duvidar de si mesmo. O Lúcio já provou que tem firmeza fazendo valer a sua autoridade, mas sem autoritarismo. Num comando sereno, mas firme. É de um governador assim que a gente precisa. De um governador como Lúcio Alcântara.

A fala inaugural de Lúcio reafirma a imagem da humildade que se expressa no “lugar de fala” assumido: daquele que solicita, que se oferece a ser avaliado, cuja pretensão é servir. Por outro lado, a idéia de continuidade é negada na menção a um “novo governo” (de oposição?), alusão ao rompimento dos laços que o prendiam ao “tassismo”.

Lúcio: cearenses, a partir de hoje, estou com humildade colocando meu governo para sua avaliação. Você vai poder acompanhar aqui o que estamos fazendo no Ceará e examinar se mereço continuar a governar o nosso estado. Sempre tive uma relação de respeito e

confiança com o povo cearense. E isso muito me motiva. Não sou candidato porque quero o poder, mas porque quero servir; não porque quero um novo mandato, mas porque quero fazer um novo governo com novas idéias e novas propostas (...).

Os valores invocados para distingui-lo são os da tradição política: a dignidade do passado, a honra da palavra dada, a lealdade. Lúcio: “cearenses, sempre guiei minha vida pública pelo respeito ao cidadão e não ajo diferente nas campanhas eleitorais. Costumo honrar minha palavra e os meus compromissos. Quando os compromissos são verdadeiros as eleições passam, mas a confiança fica”.

A imagem do político tradicional é restaurada e contraposta à dos políticos arrivistas, aventureiros:

Lúcio: tem candidato que quer se eleger a qualquer custo e faz todo o tipo de promessa, mesmo sabendo que não pode cumprir. Nas próximas semanas você vai conhecer minhas propostas para o novo governo (...) Não acredito em promessas, acredito sim em compromissos sérios e na determinação de fazer esse trabalho acontecer. Sou candidato e quero vencer, mas quero também estar à altura da grandeza da nossa gente.

Suas realizações são apresentadas como “compromissos cumpridos”:

Apresentador: Lúcio governador. Lúcio cumpriu seus compromissos da campanha passada. Lúcio disse que iria criar 80.000 empregos. No seu governo já foram gerados mais de 90.000 empregos com carteira assinada. Lúcio disse que iria ampliar o acesso ao ensino médio. Lúcio está triplicando o número de liceus e fez do Ceará o estado com mais vagas no ensino médio. Lúcio disse que iria garantir atendimento de emergência em todas as regiões do estado. O programa “Saúde mais perto de você” requalificou 30

hospitais regionais para atender quem mora no interior. Lúcio está fazendo mais. Está construindo o novo HGF. Duas vezes maior que o atual, com novas UTIs. Está fazendo o Canal da Integração, quatro vezes maior que o Canal do Trabalhador em volume de água. Lúcio está fazendo o maior programa de alfabetização do país. Ensinando mais de 600.000 jovens e adultos a ler e escrever. Com o Lúcio o Projeto São José teve o maior volume de investimentos: 160 milhões de reais, beneficiando mais de meio milhão de pessoas.

O quadro “Repórter Mais”, apropriação positiva do gênero jornalístico pelo discurso político, trouxe notícias e imagens sobre o evento organizado para demonstrar a força política do governador nos municípios do interior do Estado: “Aqui no SESC de Iparana, 142 prefeitos do interior vieram manifestar o apoio a Lúcio. O encontro reuniu prefeitos de todas as regiões. Muitos falaram sobre o compromisso de Lúcio com o interior”.

O *ethos* da tradição é caucionado em depoimentos dos prefeitos, dos chefes políticos municipais, que justificam seu apoio a Lúcio como contrapartida aos benefícios recebidos. A gratidão, a reciprocidade dos favores recebidos – práticas e valores que, no contexto da tradição política diferenciariam “o voto do interior” do “voto da capital” – são valores consagrados nos testemunhos dos políticos, cuja identidade é informada nas legendas:

- Nenhum governador deu tanto valor ao interior do estado como Dr. Lúcio Alcântara (Joana Batista, prefeita de Paraipaba).

- A gente pode falar com Dr. Lúcio quando quer, a gente é recebido quando procura. (Roberto Sávio, prefeito de Apuiarés).

- Um Governador que criou o FECOP justamente pra minimizar o sofrimento daquelas pessoas mais pobres. Realmente merece o voto da pobreza (Anderson Pinho, prefeito de Poranga).

- O governador Lúcio é o homem do pobre. É o homem que apóia o homem do campo. Ele quando diz que vai fazer, faz. É o homem que promete e faz. Já fez muito pelo Ceará. E com certeza vai fazer muito mais. O Ceará não pode parar (Acélio Freitas, prefeito de Acarape).

- Jaguaretama está com Lúcio. Jaguaretama precisa de Lúcio (Ari Salgadinho, prefeito de Jaguaretama).

- Umirim está com Lúcio (Antônio Brito, prefeito de Umirim).

- Gratidão se paga com gratidão e o Ceará precisa de Lúcio Alcântara mais uma vez (Marilene Campelo, prefeita de Aracoiaíba).

O pronunciamento de Lúcio Alcântara, na TV, em 04/09/2006, última tentativa de reverter os resultados apontados nas pesquisas, ganha o tom de revelação, de nota de esclarecimento público ao eleitor sobre “quem é quem” na política cearense: “A transparência tem sido umas das marcas mais importantes da vida pública do Lúcio. Em nome dessa transparência Lúcio resolveu esclarecer de uma vez por todas alguns fatos que dizem respeito a sua candidatura e ao futuro do Ceará”.

Pela primeira vez, silêncio que exige justificação, ele denuncia o fardo pesado, herdado da “Era Tasso”. Entretanto, a revelação tardia não é dita com todas as letras, não desfaz a atmosfera de enigma sobre “o que representa politicamente cada candidatura”:

Lúcio: cearenses, as eleições se aproximam. É um dos momentos mais importantes para o futuro do nosso Estado. Você irá tomar uma importante decisão: eleger o governador do Ceará. Para seguir o caminho mais seguro, é preciso fazer uma escolha consciente. Saber o que representa politicamente cada candidatura. A verdade precisa ser dita para que os cearenses não se deixem iludir pela apa-

rência. No início de 2003, quando assumi o governo, encontrei um quadro difícil. O Estado estava com sua capacidade de investimento praticamente esgotada. Procurei agir com serenidade e transmitir confiança aos cearenses. Estava certo que apesar de tudo conseguiríamos honrar os compromissos assumidos na campanha anterior. Hoje, posso afirmar, vitoriosamente, que conseguimos não apenas alcançar, mas superar as nossas metas. Prova disso é a aprovação popular do nosso governo em todas as regiões do Estado.

Suas realizações à frente do Governo indicavam a superação de um legado desastrado, recebido e carregado com resignação... O código da lealdade quebrado por Tasso, o libertara do pacto do silêncio. Ele não era o candidato de Tasso, e sim candidato apesar dele, de sua resistência ao seu nome:

Lúcio: reconhecendo o valor do nosso trabalho que as bases do PSDB de maneira democrática me convocaram para ser candidato ao novo mandato. Apesar de ser presidente nacional do PSDB, o senador Tasso Jereissati tem adotado uma postura de omissão e ambigüidade em relação à candidatura de governador de nosso partido no Ceará. O que reforça na opinião pública a percepção de que ele apóia o nosso principal adversário, dado as relações históricas que ele mantém com o grupo político opositor (...).

O manifesto de candidatura independente, sem padrinhos políticos, vem tardiamente e é insuficiente para agregar ao *ethos* do candidato o atributo da ousadia combativa. Seu alvo principal é o senador Tasso e apenas indiretamente o candidato Cid Gomes.

Lúcio: eu não tenho padrinho político para dizer o que devo fazer. Não sou candidato de uma só família. Nem estou cercado por cacii-

ques e coronéis. Meu chefe é o povo do Ceará e só a você cearense devo obrigações (...) O meu compromisso é com o povo cearense. Não tenho padrinhos políticos e minha candidatura é independente.

Os borrões dificultam a distinção das fronteiras entre situação e oposição. Tasso é a sombra onipresente em todas as manobras discursivas dos dois candidatos. Ele não solicita votos, nem manifesta apoio explícito a nenhum dos candidatos. Sua “ausência” se torna “presença”: objeto de denúncia para uns, de “esquecimento” para outros.

A candidatura do PSDB à presidência do país é assumida como tarefa inglória e solitária por Tasso Jereissati.

Os dois principais candidatos ao governo buscavam ancorar suas imagens à de Lula, candidato à reeleição presidencial, com popularidade imbatível no Ceará²⁸. A vantagem maior, entretanto, cabia a Cid Gomes, filiado a um partido coligado ao PT, e irmão de um ministro de Lula. A tentativa de reeditar o movimento nomeado de LU-LU (Lula/Lúcio), acionado com sucesso no 2º turno da campanha estadual de 2002, apresentou-se absolutamente inócua no contexto da disputa de 2006. Não restavam a Lúcio muitas alternativas para atestar os laços amistosos que o ligavam a Lula. Uma delas foi a veiculação, no programa da TV, de foto sua ao lado do Presidente, em visita protocolar ao Palácio do Planalto, acompanhada do áudio com palavras elogiosas de Lula, a ele dirigidas quando da inauguração de uma obra no interior do Ceará.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados eleitorais confirmaram as previsões das pesquisas eleitorais: vitória de Cid Gomes no 1º turno com 2.411.457 votos, correspondente a 62,38% do total de votos válidos; quase o dobro dos 1.309.277 obtidos por Lúcio Alcântara, que na fase pré-eleitoral liderava as intenções de voto. O início da campanha no rádio e na TV marcou a “virada eleitoral”, favorável a Cid Gomes, e a distância entre

os dois apenas acentuou-se no decorrer da campanha, tornando-a não competitiva.

Na disputa pelo senado, ao contrário, a competitividade manteve-se até o final da campanha. A pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada no dia da eleição, apresentava os dois candidatos, Inácio Arruda (PC do B) e Moroni Torgan (PFL) em situação de empate.

Uma análise do mapa da distribuição de votos de Lúcio Alcântara, entre capital e interior, mostra que o apoio anunciado dos prefeitos não lhe rendeu os dividendos eleitorais esperados. Sua votação no interior foi de 978.276 votos, e a de Cid Gomes quase o dobro, 1.743.216 votos. Em termos percentuais, a distribuição de votos de cada um, na capital e no interior, não apresentou grandes variações: Cid Gomes, 72,3% de votos no interior e 27,7% na capital; Lúcio Alcântara, respectivamente, 72,7% e 25,3%.

A vitória de Inácio Arruda para o senado efetivou-se, mas a diferença percentual de votos sobre o segundo colocado, Moroni Torgan, foi modesta, aproximadamente 6%²⁹.

O candidato à presidência pelo PSDB, Geraldo Alckmin, obteve no Ceará uma das mais baixas votações do país no 1º e 2º turnos, claro indício da perda de força política do condutor de sua campanha no Estado, senador Tasso Jereissati.

Tânia Gurgel e Luiz Pontes, candidatos a deputado estadual, ambos estreitamente ligados a Tasso, não se elegeram.

Os cinco deputados federais eleitos pelo PSDB, eram considerados “lucistas”³⁰, e três deles seguiram o ex-governador filiando-se ao PR (Partido Republicano) poucos meses após terem assumido seus mandatos (jornal *O Povo*, 8/3/07).

O fim de um ciclo da política cearense que teve a duração emblemática de duas décadas, ocorre, entretanto, em circunstâncias muito especiais. A vitória de Cid Gomes para o governo representou a derrota de Tasso? Afinal, em sua campanha nenhuma voz bradou contra a mística das mudanças. Os laços de amizade entre Tasso e os Ferreira Gomes foram cuidadosamente preservados e valeram a indicação de alguns nomes para o *staff* do governador eleito.

A proximidade das eleições municipais de 2008 reforçava a perspectiva de divórcio entre forças de

diferentes matizes ideológicos que se coligaram em torno de Cid Gomes.

A ambigüidade dos laços políticos entre os Ferreira Gomes e Tasso acentua-se face às posições e interesses divergentes entre eles, no plano da política nacional. Ciro Gomes, alinhado ao governo de Lula, e com pretensões de contar com o apoio do Presidente como candidato à sucessão presidencial em 2010, terá que defrontar-se com Tasso Jereissati, uma das figuras de proa do PSDB, na oposição ao PT.

Sem celebrações rituais, a morte política parece não se consumir, não deixando espaço para que o espírito de uma “nova era” se reencarne. Foi o que me parece ter acontecido na campanha de 2006. O *ethos* do vencedor foi reconhecido pelos eleitores e confirmado em votos, mas faltou uma marca política forte, uma simbólica mobilizadora de crenças e afetos que possa converter-se em longevidade política. Não há, ainda, sinais claros de início de um novo ciclo político no Ceará, liderado pelos Ferreira Gomes.

NOTAS

- 1 Jornal *O Povo*, edição de 19 de novembro de 2006.
- 2 Jornal *O Povo*, edição de 17 de maio de 2006.
- 3 Ver títulos dos textos da autora, incluídos na bibliografia deste artigo.
- 4 Composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B).
- 5 Os “saberes de conhecimento” visariam estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo, enquanto os de “saberes de crença” são procedentes de avaliações sobre os mesmos. Ambos estruturam as representações sociais, mantendo entre si fronteiras permeáveis, de modo especial no campo da “realidade política”, em que os propósitos persuasivos tendem a fazer passar uma “verdade de crença” por “verdade de conhecimento”.
- 6 Os imaginários societários, para Patrick Charaudeau, são relativos a valores morais que dizem respeito à vida em sociedade, tanto no seu aspecto público como privado; e se expressam, explícita ou implicitamente, em opiniões ou formas de comportamento, vigentes em diferentes setores da instância cidadã da sociedade civil, sem que haja um engajamento militante peculiar ao segmento nomeado de “sociedade política”.
- 7 O conceito de “lugar de fala” reporta-se ao lugar que o locutor ocupa em uma cena, sob o fundo da qual locutor e alocutário estabelecem uma espécie de contrato implícito de troca simbólica de enunciados (RODRIGUES, 1996).
- 8 Coligação: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT).
- 9 A revista FALE editada em Fortaleza (Omni editora) e voltada para um público local, começa a circular em 2001 e seu engajamento oposicionista na disputa política estadual é evidente.
- 10 O termo “biónico” foi cunhado pela oposição ao regime militar na década de 1970 para nomear os ocupantes de postos executivos “nomeados” em eleições indiretas.
- 11 Conceito que na análise do discurso refere-se à codificação de imagens de si, construídas pelos interlocutores não tanto pelo que falam, mas, pela forma de falar, de se apresentar.
- 12 O conceito de “dixis social” refere-se à codificação das distinções sociais, dos papéis dos participantes na conversação. Os dictos estabelecem nexos entre elementos da linguagem com o contexto da enunciação. (INIGUEZ, 2004: 65).
- 13 Jornal *O Povo*, edição de 20/11/2006.
- 14 O empresário Beto Studart foi escolhido, posteriormente, candidato a vice-governador na chapa de Lúcio Alcântara.
- 15 A matéria fazia a cobertura de reunião da equipe do governo Lúcio Alcântara para realizar um balanço avaliativo de sua gestão, que deveria orientar sua plataforma de campanha de reeleição.
- 16 Na mesma matéria, Maia Júnior se diz muito próximo de Cid Gomes, mencionando as muitas rodadas de conversas entre Ciro Gomes e Tasso Jereissati, para tratarem da possibilidade de aliança entre PSDB e PSB.
- 17 Mesmo sem “dar nome aos bois”, as insinuações não deixam dúvidas de que se trata de atuação do filho do governador, deputado Léo Alcântara, em negócios nebulosos, envolvendo recursos públicos. As acusações não ultrapassaram o âmbito de rumores.
- 18 Número que correspondia a mais de 50% do total de 184 prefeitos municipais do estado do Ceará.
- 19 Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Republicano Progressista (PRP).
- 20 O empresário Beto Studart filiou-se ao PSDB no prazo fixado pelo Tribunal Regional Eleitoral para viabilizar sua candidatura a vice, na chapa tuana.
- 21 Coligação: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Verde (PV), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Progressista (PP) e Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA).
- 22 Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista

- dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e Partido Comunista Brasileiro (PCB).
- 23 Partido Liberal (PL), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular Socialista (PPS) e Partido dos Aposentados da Nação (PAN).
- 24 O candidato contava com o apoio do ex-prefeito Juraci Magalhães, filiado ao PL após sua saída do PMDB.
- 25 A “cenografia” é, para Maingneau (2006: 96), a parte da cena de enunciação que se prende mais especificamente à forma escolhida para encenar o que é dito, que é ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra para legitimá-lo
- 26 Em determinado momento da campanha, no programa do candidato José Maria, foi ao ar imagem de Ciro, flagrada em um comício, pronunciando um palavrão para manifestar sua indignação contra denúncias de irregularidades na administração Cid Gomes na prefeitura de Sobral, o que ensejou um pedido público de desculpas.
- 27 O programa *Mestre da Cultura* foi instituído no governo Lúcio Alcântara, selecionando em várias regiões do Ceará, pessoas consagradas à preservação das tradições populares.
- 28 Lula obteve em 2006 no Ceará sua 3ª mais alta votação em todo o país.
- 29 Em pesquisa do Datafolha/TV Verdes Mares, divulgada no dia da eleição, 1º de outubro, Moroni e Inácio apareciam empatados com 48% dos votos.
- 30 Os deputados “lucistas”, eleitos pelo PSDB, foram: Léo Alcântara (filho de Lúcio, deputado federal), Adahil Barreto; Marcelo Teixeira, Vicente Arruda e Manoel Salviano.
- _____ (1995). Eleições presidenciais 94: algumas reflexões sobre o padrão midiático publicitário da política. In *Textos de Cultura e Comunicação*, nº 33. Salvador.
- _____ (2000). Imagem marca e reeleição. In *Mídia e eleições*. Salvador: edições FACOM.
- _____ (2001). Imagem marca e continuísmo político: a Era Tasso no Ceará. In *Olhares Contemporâneos*. Fortaleza: edições Demócrito Rocha.
- _____ (2002). Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In *A Era Jereissati no Ceará: modernidade e mito*. Fortaleza: edições Demócrito Rocha.
- _____ (2003). Política de imagem e competitividade eleitoral: a disputa pela prefeitura de Fortaleza em 2000. In *A produção da política em campanhas eleitorais*. Campinas-SP: Pontes editores.
- _____ (2004). Como se faz e desfaz um fenômeno eleitoral: o caso Roseana. In *Eleições presidenciais 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política* (org. Albino Rubim). São Paulo: Hacker editores. CULT.
- _____ (2004). Representações da política. In *Comunicação e política: conceitos e abordagens* (org. Albino Rubim). Salvador: Editoras da UNESP/UFBA.
- _____ (2005). A entrevista como gênero de discurso: contaminações entre os campos da mídia e da política. In *Práticas discursivas: exercícios analíticos* (org. Nelson Barros da Costa). Campinas-SP: Pontes editores.
- _____ (2004). Política e Mídia: enredos e personagens da transição democrática brasileira. In *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Tomo CXVIII, v. 118. Fortaleza.
- _____ (2006). Campanha política e representações morais: o embate Luizianne – Moroni na disputa pela prefeitura de Fortaleza em 2004. In *Política, Cultura e Processos Eleitorais*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- CHAMPAGNE, Patrick (1996). *Formar opinião: o novo jogo político*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- CHARAUDEAU, Patrick (2006). *Discurso Político*. São Paulo: Contexto.
- FIGUEIREDO, Marcus (1991). *A decisão do voto*. São Paulo: ANPOCS/IDESP. Editora Sumaré.
- GIRARDET, Raoul (1987). *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GINZBURG, Carlo (1986). *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOFFMAN, Erving (1975). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis-RJ: Vozes.

- HALL, Stuart (2003). *Da diáspora: identidades culturais*. Brasília: Humanitas.
- INIGUEZ, Lupicínio (2004). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- MAINGUENEAU, Dominique (2001). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez Pereira.
- _____(2006). *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar edições.
- RIVIÉRE, Claude (1989). *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (1995). *As dimensões pragmáticas da comunicação*. Rio de Janeiro: Diadorim editora.
- RUBIM, Albino Canelas (1999). *Mídia e política no Brasil*. João Pessoa: Editora da UFPB.
- SÁ, Celso Pereira (1996). *O campo de estudos das representações sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- SENNETT, Richard (1998). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VERON, Eliseo (1980). *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo.
- VERNANT, Jean-Pierre (1996). *Entre mito e política*. São Paulo: EDUSP.